



RE-VISITANDO A HISTÓRIA: COLONIZAÇÃO PORTUGUESA E SUBORDINAÇÃO CULTURAL

MARI GUIMARÃES SOUSA¹

RESUMO

O estudo faz referência aos procedimentos de expansão marítima europeia que proporcionaram a formação de domínios coloniais que, ao serem conduzidos pela lógica mercantilista e religiosa, determinou a subordinação sociocultural, econômica e política das “novas terras”. Marcado pelas expedições estrangeiras em busca de ouro, o *rio-caminho*, isto é, o rio Cachoeira, testemunhou a escravização e extermínio de diversos grupos étnicos indígenas, mudando para sempre o curso da história local. O rio Cachoeira é abordado como o lugar de passagem para as primeiras incursões portuguesas nas terras ilheenses. Nessa perspectiva o rio é abordado como o *entre-lugar* (BHABHA, 1998), o local dos *hibridismos culturais* (CANCLINI, 2000), o ponto de entrecruzamento entre os mais variados grupos étnicos: os índios, os negros africanos e os brancos.

Palavras chave: Rio-caminho, Rio Cachoeira, hibridismo cultural

Considerações Iniciais

A História do Brasil, dita oficial, iniciou-se na Bahia por conta de um percurso que começou e se completou estrategicamente entre as margens de dois rios intercontinentais. Foi da praia do Restelo, às margens do Tejo, que partiram as caravelas dos conquistadores portugueses que tencionavam refazer a trilha marítima percorrida por Vasco da Gama em direção às Índias. Foi a partir desse porto que os lusitanos cruzaram o Oceano Atlântico e alcançaram a dita “ilha distante”, quando as naus portuguesas chegaram à costa brasileira e ancoraram “em frente à boca de um rio”, dando início à colonização portuguesa no Brasil, conforme o relato de Caminha,

E quinta-feira, pela manhã, fizemos vela e seguimos direitos à terra, indo os navios pequenos adiante por dezessete, dezesseis, quinze, catorze, doze, nove braças até meia légua da terra, onde todos lançamos âncoras, em frente da boca de um rio (SIMÕES, H., 1999, p.115).

¹ Graduada em Letras (Inglês), Especialista em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa e Mestra em Cultura & Turismo (UESC/UFBA), doutoranda em Letras (UFBA); integrante do Grupo de Pesquisa Identidade Regional e Expressões Culturais – ICER/UESC/DLA); E-mail: marigsousa@hotmail.com.

Documento também conhecido como a “certidão de nascimento do Brasil”, a carta de Caminha pode ser analisada do ponto de vista de um *testemunho*², um relato extremamente cuidadoso de alguém que presenciou, ouviu e/ou vivenciou os acontecimentos, evidenciando, inclusive, em determinadas passagens, o olhar deslumbrado de um estrangeiro em terras estranhas.

Apesar das descrições de deslumbramento feitas por Caminha, a ocupação portuguesa em solo brasileiro, como é sabido, só se deu de fato por volta de 1530, com a implantação do sistema das capitanias hereditárias, intentando-se resguardar toda a costa das invasões francesas e holandesas, visto que as terras brasileiras já eram consideradas como patrimônio lusitano.

Por certo, a constatação gradativa das riquezas ambientais presentes em território brasileiro, aliada à promessa da existência de muito ouro e prata, determinou a nossa colonização justamente quando as viagens de exploração marítima foram substituídas pelas expedições terrestres, com objetivo de invadir e dominar os espaços considerados privilegiados em recursos naturais. Nesse sentido, nossos rios serviram de caminho para as expedições que, por sua vez, contribuíram para com a escravização dos índios, bem como para a fundação de vilas e cidades. De modo semelhante, tais procedimentos também se processaram na Região Sul-baiana, onde o rio Cachoeira se tornou o *rio-caminho*, um *lugar de passagem* para as incursões portuguesas, no período da implantação das Capitanias Hereditárias, conforme registros oficiais.

Em um contexto nacional, os procedimentos de colonização portuguesa proporcionaram a formação de domínios coloniais que, ao serem presididos pela lógica mercantilista e também religiosa, acabou determinando a subordinação sociocultural, econômica e política dessas “novas terras”, dentre outras adversidades que foram e continuam sendo mantidas até os dias atuais.

A repercussão desses fatos contribuiu de forma espantosa para a transformação do espaço físico e cultural das terras então colonizadas por dominação portuguesa. Disso resultante, o processo de *hibridação* que abrange diversas mesclas interculturais (CANCLINI, 2000) entre as etnias envolvidas (brancas, indígenas e negras), apresenta até a prevalência cultural portuguesa, devido à herança ideológica infundida e absorvida ao longo de cinco séculos de imposição cultural.

² Vale aqui esclarecer o entendimento de *testemunho* como *performances autoficcionalis*, porquanto no *testemunho*, “a estratégia de construir uma **experiência vivida** e de exibi-la, como representativa de práticas e usos socioculturais, é esgrimida, de forma mais ou menos consciente, como legitimação do discurso” (RAVETTI, 2001, p.10, grifos da autora). Daí, a possibilidade da discussão sobre a Carta Caminha poder ser considerada ficção (SIMÕES, 1995).

Para compreender tais procedimentos, em acrescentamento ao discurso histórico oficial, faz-se oportuno trazer à tona o pensamento de Ianni (2000) quando afirma que a história dos povos está atravessada pela viagem, seja como realidade ou como metáfora.

Um texto clássico a esse respeito é a obra **O Atlântico Negro** (2001). Nela, o sociólogo inglês Paul Gilroy utiliza a imagem de um navio em movimento pelo espaço Atlântico entre a Europa, América e África para refletir sobre a dinâmica cultural da diáspora negra - intensamente marcada pela violência histórica da escravidão. Dentre outros aspectos, a obra discute vários temas relacionados às questões étnicas e aborda aspectos históricos, socioculturais, políticos e antropológicos dessas dolorosas “passagens” para o negro africano, nesses caminhos marítimos. Embora o Brasil faça parte desse espaço simbólico que autor nomeou como “Atlântico Negro”, a realidade afro-brasileira, sobretudo a baiana, não foi conectada ao tema proposto pelo referido autor.

Com base nessas considerações, observamos que, nesse caso, a origem do Brasil, enquanto nação, está vinculada a uma viagem incursionada através do Atlântico. Assim, este espaço marítimo passa a representar aquilo que Bhabha (1998) designa como *in-between*, o local onde se processam e se articulam as diferenças culturais em trânsito. É, pois, nesse sentido que o Atlântico Sul passa a representar o caminho, o lugar de passagem, o local dos hibridismos culturais, onde emerge, em momentos de transformações históricas, articulados pelas diferenças entre as mais diversas e distantes culturas, o ponto de intersecção ou de entrecruzamentos culturais (BHABHA, op. cit.).

No Brasil, a sobreposição cultural dos conquistadores europeus junto aos povos africanos - em seu doloroso processo diaspórico -, somados ainda a dos povos sul-americanos - que também na sua enorme diversidade contribuíram para a formatação de uma “nova nação” -, não implicou em torná-la necessariamente homogênea. Ao contrário, os preceitos hierarquizantes de assimilação cultural imposta pela força da aculturação, respaldados na miscigenação e no aniquilamento desses povos tidos como “inferiores”, agora estão sendo substituídos pelos preceitos de integração, onde procedem a preservação identitária e reivindicatória dos grupos étnicos submetidos a constantes confrontações em sua dinâmica cultural.

O Brasil, durante a sua formação colonial, esteve submetido a uma somatória de confrontos entre as mais diversas identidades que, num jogo de amalgamentos culturais, resultou, desde os primeiros séculos de ocupação e exploração, em verdadeiras ilhas socioculturais, cujo formato dissonante parece permanecer até os dias atuais. Segundo

Bosi (1994, p.11), essas “ilhas sociais (Bahia, Pernambuco, Minas, Rio de Janeiro, São Paulo) deram à Colônia a fisionomia de um *arquipélago* cultural. E não só no *facies* geográfico.”

Essas “ilhas sociais”, simbolicamente instituídas por fatores geográficos, socioeconômicos e históricos, prevalecem até os dias atuais, contudo não se prendem a fronteiras territoriais demarcadas linearmente de estado para estado, como Bosi parece supor. As fronteiras, as demarcações territoriais e culturais são bem mais relativas do que parecem supor (BORDIEU, 2002). A prova disso é que o estado da Bahia, em sua extensa dimensão territorial, apresenta peculiaridades ambientais e culturais que se diferenciam localmente de região para região, dentro do próprio estado. Tais peculiaridades, provenientes de um conjunto de ações humanas localizadas, são o que constituem o patrimônio cultural, dando feições diferenciadas de lugar para lugar.

Nesse entendimento, de respeito às diferenças, de compreender as particularidades culturais, fruto de revisionistas e críticos culturalistas da contemporaneidade, torna-se oportuno enfatizar a discussão dos fenômenos estéticos e filosóficos a partir de uma perspectiva pós-colonial, inclusive, visando à contestação da hegemonia cultural, embora não se encerrando nela. Assim sendo, ter noção das diferenças é ter respeito às necessidades particulares de cada grupo que reivindica o seu reconhecimento, enquanto uma entidade marcada por uma história e uma visão de mundo que lhe é própria; isso contribui para a permanência da diversidade cultural entre os grupos humanos, num permanente exercício de remoção das hierarquias étnicas criadas no perverso âmbito da colonização.

Diante do que foi exposto, há uma necessidade em se rever o foco pelo qual a memória histórica e cultural da antiga Capitania de São Jorge dos Ilhéus foi escrita. A constituição identitária da Região Sul-baiana não se restringe apenas ao ciclo do cacau, apesar de tão amplamente divulgada pela literatura regional.

Com efeito, retomar a história dita oficial significa tomar conhecimento de uma perspectiva que foi privilegiada no passado. Todavia, a recuperação e a re-visão do passado no tempo-espaço ocorrido pode contribuir para re-dimensionar e esclarecer as transformações socioculturais pelas quais a região esteve submetida e, dessa forma, reforçar o presente, visando a incluir uma parcela maior de atores sociais nesse processo civilizatório.

Rio Cachoeira - *Rio-caminho*: mais um foco da história

Em se retomando a História local, dados oficiais informam que foi por volta de 1536 que a foz do rio Cachoeira se tornou o caminho de passagem para as primeiras incursões européias nas terras ilheenses. Com efeito, as águas do rio Cachoeira testemunharam a chegada da esquadra do castelhano Francisco Romero, quando alcançou o estuário hoje conhecido como Baía de Pontal. Movido pela necessidade de conhecer e tomar posse das terras doadas por D. João III a Jorge de Figueredo Correia, a esquadra de Romero - após aportar na ilha de Tinharé e fundar a vila no Morro de São Paulo -, optou por procurar um “local mais apropriado, apresentando defesas naturais, grande fertilidade do solo e boa aguada” (BARBOSA, 1997, p. 26).

Nesse período, o vastíssimo lote da Capitania de São Jorge dos Ilhéus ocupava a região central do Brasil e media cerca de cinqüenta léguas de largura em todas as direções, localizando-se entre a Capitania da Bahia e a Capitania de Porto Seguro, tendo dois rios como limites: o Jequiriçá, ao sul; e o rio Grande ou Jequitinhonha, ao norte (CAMPOS, 1981).

Trilhando o caminho marítimo até chegar à Baía de Pontal, o lugar escolhido para sediar a capitania passou a ser a península abrigada por quatro ilhéus, pois oferecia uma posição estrategicamente perfeita para a defesa de previsíveis invasões estrangeiras, já que era um local resguardado pelo mar e pelos rios, dentre os quais o rio Cachoeira. Além disso, era também necessário promover o povoamento rápido da costa, pois, como era de interesse da metrópole, ficaria mais fácil resguardar extensões cada vez maiores do litoral. Sob esses aspectos, o local escolhido oferecia ainda grandes vantagens para o desenvolvimento comercial, já que podiam contar com um porto para o escoamento do pau-brasil, da cana-de-açúcar e, mais tarde, dos produtos de subsistência como a mandioca cultivada pelos índios e a carne proveniente do sertão das Minas Gerais.

A região, densamente coberta por florestas, era povoada pelos Tupiniquins, mais para a costa, e pelos temidos aimorés, em seu interior, o que configurou alguns problemas para a penetração dos colonos naquelas terras. Conta-se que foi com o auxílio dos Tupiniquins que Romero deu início à exploração do pau-brasil, cujos troncos eram transportados ao longo dos rios e, posteriormente, para a plantação da cana-de-açúcar justamente nas margens do rio Cachoeira, onde o cultivo se desenvolveu consideravelmente (CAMPOS, 1981; VINHÁES, 2001).

Foi, portanto, naquele local, cercado pela abundância das águas, no cume do atual outeiro de São Sebastião, que a Vila de São Jorge dos Ilhéus foi fundada, cujas magníficas terras, banhadas pelo rio Cachoeira, ficavam situadas bem

no centro da orla marítima da capitania [...] um local que apresentava excelentes condições estratégicas e para o comércio, num promontório formado pelo mar e **por um rio navegável**, apresentando pelagoso e abrigado fundeadouro, vigiados os dois pontais da sua barra por sendos morros. Além disso, a região circunjacente dava aparências de grande fertilidade, tanta a exuberância da vegetação que a revestia, sendo ao mesmo tempo abundante de **águas correntes**. Assim ficaria magnificamente ubicada a vila. (CAMPOS, op.cit., p. 11-12, grifos nossos).

Não há dúvida que, no âmbito econômico, as boas condições geográficas de solo, de clima e a grande quantidade de rios existentes no local foram fundamentais para a construção e o desenvolvimento dos engenhos e da Capitania como um todo. Segundo Barros (1915, p. 33), “toda a Capitania era abundantíssima de mananciais, sendo as chuvas mui freqüentes; e o terreno, montuoso e coberto de vegetação vigorosa, prometia a esse distrito, quando bem cultivado, toda a sorte de riqueza e de prosperidade”.

Nas incursões feitas pelas armadas locais, a título de exploração e aldeamento dos índios, o rio Cachoeira tornou-se o *rio-caminho*, um dos principais canais de penetração para desbravar a região, inclusive fazendo-se cenário de terríveis massacres provocados pelos donatários e ouvidores da Capitania contra os nativos Tupiniquins e Aimorés. Ao processo de conquista, seguiu-se a crescente ocupação com intensa devastação das florestas e aldeamento dos índios. Nesse sentido, a fundação de vilas e arraiais ao longo do rio Cachoeira, primou pela abertura de rotas de penetração, visando a implantar e desenvolver o comércio entre as vilas, tendo o porto de Ilhéus como escoadouro dos produtos vindos do sertão. Nesse sentido, o rio Cachoeira foi palco de muitos fatos históricos importantes.

É fato que o rio Cachoeira também registrou a passagem de célebres figuras que integram a história nacional, a exemplo dos três primeiros governadores Gerais, Tomé de Souza, Duarte da Costa e Men de Sá. Esse último, então, se tornara dono da sesmaria do Engenho de Santana, situada às margens do Rio de Engenho³. Também o rico empreendedor florentino Lucas Giraldes, donos de seis engenhos, tornando-se mais tarde o terceiro donatário da Capitania (BARBOSA, 1997).

³ Ainda hoje podem ser observadas as ruínas do referido engenho de açúcar, que prosperou no início da colonização às margens da Ribeira de Sant’Ana. Naquele local, encontra-se a Capela de Santana, considerada a terceira mais antiga do Brasil, construída no século XVI, em 1537, pelos jesuítas, tombada pelo Serviço de Patrimônio, Artístico e Cultural do Brasil.

Segundo Barros (1915), o rio Cachoeira começou a ser explorado, em sua parte mais navegável, isto é, no trecho entre Ilhéus e o Banco da Vitória, por volta de 1553. Naquela época, o Padre Luiz Soares de Araújo, referindo-se ao rio, escreveu a El-Rei, dizendo que

A vila possuía várias ruas: do porto, nova matriz, de São Sebastião, da cadeia, do Colégio, de São Bento, e uma praça; travessas da matriz, de João de Sousa, e de Inácio Jorge. Era o único núcleo de população da freguesia, porém às margens do **rio Cachoeira**, - cujas fontes ainda não estavam descobertas, dizendo apenas que procedia das minas, - havia moradores nos lugares denominados Cupipe, Maria Jape, São João, Tanguape, Tabuná, Pasto, Matendipe, Camurupi, Bando do Furtado e Pirataquicé. Navegavam-no sumacas, barcas, lanchas e canoas. [...] Noutro tributário do **Cachoeira**, o Fundão, de curso mui breve, havia ainda moradores nos sítios chamados Jaguaripe, Jacaraípe e São Francisco. Tanto no Sant'Ana como no Fundão trafegavam canoas, barcos, e lanchas de pescaria. (CAMPOS, 1981, p. 35, grifos nossos)

A incumbência de catequização indígena e educação religiosa dos colonos, inclusive nos locais próximos ao rio Cachoeira, coube aos padres Manoel da Nóbrega, Leonardo Nunes e Diogo Jácome, os primeiros obreiros da Companhia de Jesus, em terras ilheenses. Estes lutaram pela manutenção da fé e do poder da Igreja na Colônia, assim como os demais jesuítas. Segundo Campos (op. cit. p. 31), naquele período, era comum os padres saírem a “percorrer as ruas do vilarejo tangendo uma campainha, e disciplinando-se pelos que estavam em pecado mortal, pela conversão dos índios, e pelas almas do Purgatório, conforme publicavam no bledomadário e cruento passeio expiatório”

Também outros catequistas como Antonio Pires, João de Azpilcueta Navarro, Vicente Rodrigues e outros se ocupavam dos índios que viviam nas margens do rio cachoeira, no seu referido trecho navegável (SILVEIRA, 2002, p. 3).

Personalidades conhecidas da História nacional, como o sertanista Francisco Bruza Espinosa, bandeirante que, em meados de 1553, embrenhou-se nas matas à procura de pepitas de ouro, juntamente com o Padre Manoel da Nóbrega e sua equipe, em missão jesuítica, trilharam caminhos pelo rio Cachoeira. Segundo Silveira (op. cit. p. 5), após uma intensa caminhada de quatro dias, Espinoza e os mencionados jesuítas “chegaram na margem de um rio de águas muito claras que correndo entre enormes pedras escuras formavam pequenas cachoeiras”.

Naquele lugar, as árvores eram ferradas em forma de cruz, para facilitar na identificação dos transeuntes. Foi assim que nasceu a *Villa das Árvores Ferradas*, ponto de pouso para as expedições que avançavam em direção ao sertão de Minas Gerais. As expedições que saíam de Ilhéus passavam pela Vila de Nossa Senhora da Escada das Olivenças (atual Olivença), no sentido leste-oeste; seguiam o curso dos rios, até chegar

naquele sítio. Por muito tempo a Vila de Ferradas foi utilizada como rota dos vaqueiros que traziam gado do sertão mineiro para Ilhéus, intensificando o comércio em todo o seu percurso, nas proximidades do rio Cachoeira. Nascedouro do município de Itabuna, Ferradas compõe hoje um dos bairros periféricos dessa cidade que fica em torno de 30 km da costa ilheense.

A partir de 1570, muitas entradas e bandeiras, utilizadas como formas de penetração para o interior, passaram pelo *rio-caminho* em busca de pepitas de ouro e da prata que, segundo as notícias que se espalhavam, brotavam com facilidade nas barrancas dos rios. A busca pelas pepitas de ouro foi tão intensa nesse período que foi retomada e ressignificada até mesmo um século depois sob o pretexto de existir uma *Cidade Encantada*, localizada entre as águas dos rios Una do sul, Una-Mirim, Cachoeira e Pardo⁴.

Em 1595, o *rio-caminho* deu passagem também aos franceses. Considerados como hereges, os franceses saquearam e devastaram a pequena vila de Ilhéus. O rio Cachoeira abrigou também as tropas holandesas da esquadra do almirante Lichthardt que desembarcaram no Pontal, em 1638 para saquear a vila,

Fez limpa em várias caixas de açúcar e em muitos toros de pau-brasil, colocados nas barrancas do rio. Não tardou a reação. Indignados, os habitantes se alçaram e enfrentaram o inimigo. Durante muitas horas foi renhido o desforço contra os invasores e atroz carnificina. Atônitos diante das sucessivas baixas, foram obrigados a recolher-se aos seus barcos e velejar para o Norte (BARROS, 1915, p. 62).

Ainda por volta desse período, o rio Cachoeira foi palco de diversos outros episódios históricos, envolvendo desditosos sacrifícios humanos, particularmente dos indígenas. Segundo Silveira (op. cit.), o capitão português João Gonçalves da Costa, que muito utilizou o rio Cachoeira para fazer as suas incursões em direção ao sertão de Conquista (atual Vitória da Conquista), foi o que mais se destacou pela as suas ações devastadoras contra os aimorés. Também o sertanista João Amaro, contratado pelo Visconde de Barbacena, chefiando uma entrada, exerceu “cruel matança de gueréns e pataxós praticadas ao longo das barrancas do rio” (SILVEIRA, 2002, p. 76).

Esses episódios sangrentos causaram muitas reações nos jesuítas que intensificaram ações no sentido de proteger os índios através da catequese, o que tornou

⁴ É possível que a *Cidade Encantada* não passe de uma re-visitação ao imaginário dos índios mexicanos que contavam aos aventureiros espanhóis sobre a existência do *El Dorado*, a *Cidade Perdida dos Incas* toda construída em ouro. O acrescentamento de detalhes fantásticos e mirabolantes, por conta da imaginação desses aventureiros, deve ter exercido um grande fascínio sobre os europeus de modo a induzi-los a conhecer a América e explorá-la (Vide *El Dorado*, 2005, s/p).

possível o surgimento de missões nos povoados e aldeias instaladas às margens do rio Cachoeira.

Do ponto de vista econômico, este período, que antecedeu a implantação da lavoura cacauzeira na região Sul-baiana, foi marcado por um grande marasmo comercial em virtude da decadência dos engenhos de cana-de-açúcar. De acordo com FREITAS e PARAÍSO (2001), as maiores dificuldades foram atribuídas aos constantes avanços dos colonos europeus em áreas indígenas e, como ficou evidenciado, houve muitos massacres. Além disso, o aldeamento e a catequização jesuítica dos nativos que sobreviveram contribuíram de forma incisiva para o processo de aculturação dos mesmos.

De acordo com Adonias Filho, o *ciclo do cacau* iniciou-se efetivamente em 1746, com o desbravamento e a conquista de terras, sendo que o seu cultivo só se desenvolveu porque teve um solo e um clima organicamente apropriados para ele. Como se sabe, o *Theobroma cacao*, por ser uma planta que precisa de sombra e umidade, adaptou-se perfeitamente à região, devido à boa distribuição das chuvas e à presença maciça da Mata Atlântica.

Aí, em todo esse tempo, nas funduras das grandes florestas, em todo o que foi uma guerra contra a natureza, gerou-se uma violenta saga humana no ventre mesmo da selva tropical. Saga que, fermentando matéria artística e ficcional, concorreu para configurar o que realmente é um complexo de cultura regional. O cacau, à proporção que altera a paisagem, a empurrar e diminuir a selva, a abrir fazendas, a estabelecer um sistema de comércio, conforma culturalmente uma região (AGUIAR FILHO, 1976, p. 14).

No decurso de uma lavoura que irrompeu vigorosamente, a dita “civilização cacauzeira” se projetou e se configurou. A lavoura cacauzeira engendrou novos hábitos, costumes, o comportamento sociocultural do homem sul-baiano. Em termos simbólicos, o homem *grapiúna*⁵ organizou o seu mundo e passou a ver o cacau como o “fruto de ouro”. Conforme Castoriadis (1982), tudo o que é *instituído* culturalmente encontra-se indissociavelmente entrelaçado com o simbólico. Este tem por essência o imaginário que, por sua vez, faz gerar normas, valores, crenças, tradições, etc., que constituem as identidades, podendo facilmente ser flagrados, conforme as atitudes cotidianas de um povo. Assim, de uma forma simbólica, o *El Dourado* passou a existir, provocando migrações mais acentuadas no período de consolidação da lavoura cacauzeira.

Através das narrativas literárias de diversos autores regionais, com ênfase nas obras de Jorge Amado e Adonias Filho que percorreram o mundo, o cacau acabou por

⁵ Termo popularizado por Jorge Amado em **Gabriela cravo e canela** (1958) para designar os grandes plantadores de cacau. *Grapiúna* vem do tupi: guirá - gra por aglutinação = pássaro + pi = branco + una = preto => pássaro preto e branco. (Euclides Neto, 1997, p76)

engendrar o perfil cultural da região. Tornando-se conhecida em todo o mundo em virtude do lucro gerado pela lavoura, refletindo tanto no interior, com a criação e emancipação de cidades, como na capital baiana.

Com efeito, a implantação da lavoura cacaeira trouxe inúmeros aventureiros, dos quais os sergipanos, bem como diversos grupos estrangeiros que aqui chegaram com o intuito de enriquecimento rápido. Naturalmente que, por uma questão de sobrevivência e de conforto, esses grupos instalavam-se ao longo dos rios. Com o passar do tempo, foram se formando as colônias que, sucessivamente, se transformaram em imensas fazendas particulares. Outras ainda, de maior extensão, passaram progressivamente de vilas às cidades, como é o caso de Itabuna que se desenvolveu às margens do rio Cachoeira, a partir de Vila de Ferradas.

A título de ilustração, foi no outrora vilarejo de Ferradas, na Fazenda Auricídia, em 1912, que nasceu o célebre filho de desbravadores de terras, o escritor Jorge Amado. Em sua extensa obra sobre a *saga do cacau*, Amado conta como os desbravadores se tornaram os lendários “coronéis do cacau”. Importante ressaltar, aqui, principalmente do ponto de vista antropológico, o quanto as obras de Jorge têm contribuído para ampliar o conhecimento sobre a história e a cultura Sul-baiana.

Mas o desbravamento de terras não foi executado de forma simplificada. Em um contexto geral, muitos desses desbravadores chegavam por via marítima, a bordo de pequenos navios. Muitos enfrentaram grandes obstáculos para adentrar as imensas e densas florestas. Isto, naturalmente, exigia muita coragem desses aventureiros. Por um lado a presença ameaçadora dos índios - os verdadeiros donos e, por isso mesmo, defensores do lugar. De outro, a fauna (cobras, jacarés, onças, caítilos, capivara, raposa, macacos, etc.), e ainda achavam-se sujeitos às mais diversas epidemias, sendo a febre tifóide a mais temida. Por outro lado, as condições ambientais, a riqueza da mata e a diversidade da fauna possibilitavam caça e pesca abundantes, garantindo-lhes a sobrevivência e, com muita luta e trabalho intenso, riquezas.

No início da implantação da lavoura (até 1860), as áreas ocupadas pelos cacaeiros estavam restritas aos vales dos rios, devido à necessidade de adaptação da árvore aos terrenos e do grau maior de umidade. Além disso, os rios eram aproveitados como vias naturais de escoamento dos frutos das roças, que eram transportados nos lombos dos burros, trazidos pelos tropeiros⁶, até o porto fluvial do Banco da Vitória. De

⁶ Pessoas que conduziam o cacau mole ou seco nos burros (EUCLIDES NETO, 1997, p.111)

lá seguiam pelo rio Cachoeira até Ilhéus. Em seguida, eram enviados para Salvador, de onde o cacau era exportado para a Europa (FREITAS e PARAÍSO, op.cit.).

Com a implantação da lavoura cacauceira, muitas povoações surgiram e progrediram como pouso de tropas em função do comércio dos chamados “frutos de ouro”. O Banco da Vitória foi uma dessas povoações que conheceu um surto de progresso no período, servindo como primeiro porto fluvial, um local de muitos encontros interculturais.

O rio Cachoeira também determinou o direcionamento das estradas construídas na Região. No período que se seguiu à expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal, o Marquês de Barbacena, um senhor de engenho em Ilhéus, lançou o projeto de abrir uma estrada ligando Ilhéus a Vitória da Conquista e, por conseguinte, alcançar Minas Gerais. Este traçado passava, nas proximidades do rio Cachoeira, na altura da Vila de Ferradas. Com a abertura desta estrada, surgiram os primeiros comerciantes, passando, mais tarde, a ser administrada pelos jesuítas.

Segundo FREITAS e PARAÍSO (Op. cit.), a estrada era vista como promissora já que acompanhava o percurso dos rios Pardo e Cachoeira, sendo abundante em águas e vários aldeamentos, fatores considerados essenciais para oferecer boas condições de apoio aos viajantes, inclusive como locais de pouso para os tropeiros

Segundo Campos (Op.cit., p 192), o capuchinho Frei Ludovico de Liorne, que se fixou na Vila de Ferradas por volta de 1816, enfrentou muitos problemas quando o Conde dos Arcos, o então governador, resolveu “mudar os índios gueréns aldeados em Almada para um ponto da estrada de Ilhéus ao sertão da Ressaca, que então se abria na margem do rio Cachoeira, [num] lugar denominado Ferradas, a oito léguas de Ilhéus e doze de Almada”.

Outras visitas ilustres, trazidas pelas águas do Atlântico, chegaram a Ilhéus, como o naturalista e também príncipe Maximiliano Alexandre Felipe de Wied-Neuwied, oitavo na linha sucessória que tinha o seu principado em Neuwied no Reno, em 1815. Motivado em pesquisar os costumes e artefatos indígenas, além de fósseis e petroglifos, o príncipe percorreu as florestas da região, passando pelo rio Cachoeira, indo até os sertões de Conquista. (SILVEIRA, 2002)

Para conhecer a Mata Atlântica de perto, o rio Cachoeira se configurou, mais uma vez, em um caminho que permitiu, em 1817, aos bavaros naturalistas Johann Baptiste von Spix e Carl Friedrich Phillipp von Martius adentrar as florestas em seu famoso itinerário investigatório que envolveu todo o Brasil de norte a sul,

oportunizando, assim, pesquisas sobre botânica, etnografia, fitogeografia, lingüística, etc, cujas experiências encontram-se relatadas em **Viagem pelo Brasil** (SPIX E VON MARTIUS, 2005), uma obra que certamente é referência para os estudos sobre as condições naturais do Brasil da época.

Em 1860, foi a vez do Arquiduque Maximiliano d'Áustria, irmão mais novo de Francisco José I, Imperador da Áustria-Hungria e Rei da Boêmia. Segundo relatos (CULTURAS LUSÓFONAS, 2004), o arquiduque deixou registrada a sua passagem pelas terras de Ilhéus em um livro intitulado **Mato Virgem**, uma obra manuscrita, ainda sem tradução para o português. Conta-se que o arquiduque se hospedou na Fazenda Vitória, situada à margem direita do rio Cachoeira, do proprietário suíço Barão Ferdinand von Steiger-Munssingen, localizada nas proximidades do Banco da Vitória onde fez boas caçadas. A beleza do local impressionou o arquiduque naquela época. Todavia, ainda hoje, apesar da crescente degradação ambiental daquela localidade, a paisagem impressiona aos transeuntes que podem desfrutá-la, ainda que rapidamente, ao passar pela movimentada rodovia Ilhéus/Itabuna, na BA-415.

As visitas dos Maximilianos a Ilhéus foram retomadas e re-configuradas sob a forma de um evento turístico cultural, promovido pela Universidade do Mar e da Mata – MARAMATA⁷, que acontece anualmente, durante a última semana do mês de janeiro. O evento, *Canoagem Rumo ao Mato Virgem*, é evocativo às viagens dos dois naturalistas e conta com o apoio da Marinha. Nesse evento são reunidos inúmeros pescadores em suas rudimentares embarcações (canoas, pequenos barcos e jangadas). Saem do Morro de Pernambuco, local onde fica sediada a Maramata, passam pela Baía de Pontal, seguindo pelo estuário de Coroa Grande e depois pelo rio Cachoeira até o Banco da Vitória, trecho onde o rio é navegável. Nesse percurso, podem ser vistas as ilhas fluviais Mutucujê e Frade, a Serra da Onça, a Fazenda Vitória e a Ladeira do Príncipe.

Pelo valor histórico, bem como pela beleza paisagística, riqueza cultural de seus habitantes, este roteiro, se devidamente formatado, tomando como base os princípios sustentabilidade ambiental (natural e cultural), poderia ser explorado em favor do turismo local. Entretanto, obstáculos de ordem ecológica, com ênfase na poluição e

⁷ Trata-se de uma Fundação instituída e mantida pelo município de Ilhéus, cuja finalidade é produzir, sistematizar e difundir conhecimentos na área de recursos ambientais, visando à sua preservação e utilização auto-sustentável através de estudos, pesquisas, cursos, palestras, seminários, oficinas de trabalho, produção de material informativo e também através eventos de massa, dentre outros. Vide www.maramata.org.br

degradação do rio Cachoeira bem como do desmatamento das matas, além dos problemas de ausência de política pública básica e a falta de infra-estrutura, são fatores que impedem a apropriação desse espaço para a exploração turística.

REFERÊNCIAS

Bibliográficas

- AGUIAR FILHO, Adonias. **Sul da Bahia: Chão de Cacau**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. 113 p.
- BARBOSA, Carlos Alberto Arléo e CONCEIÇÃO, Horizontina. **Ilhéus**. Ilhéus: EGBA, 1997. 84 p.
- BARROS, Francisco Borges de. **Memória sobre o município de Ilhéus**. Typ. Baiana de Cinninnato Melchiasse, 1915. 156 p.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Trad: Myriam Ávila, Eliana Reis, Gláucia Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. 394 p.
- BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1994. 528 p.
- BOURDIEU, Pierre. A Identidade e a Representação – Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. pp. 107-132.
- CAMINHA, Pero Vaz de. A carta de Pero Vaz de Caminha a El-Rei D. Manuel sobre o Achamento do Brasil. In: SIMÕES, Henrique Campos. **As Cartas do Brasil**. Ilhéus: Editus, 1999. pp. 47-111.
- CAMPOS, Silva. **Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus**. Rio de Janeiro: conselho Federal de Cultura, 1981. 536 p.
- CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. Trad. de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2000. 385 p. (Coleção Ensaios Latino-americanos, 1)
- CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição imaginária da sociedade**. Trad. de Guy Reynaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1982. 418 p.
- FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro e PARAÍSO, Hilda Maria Baqueiro. **Caminhos ao encontro do mundo: a capitania, os frutos de ouro e a princesa do Sul – Ilhéus, 1534 - 1940**. Ilhéus: Editus, 2001. 182 p.
- GILROY, Paul. **O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência**. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo/Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, 2001. p. 432.
- HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da silva e Guacira Lopes Louro 3ª Ed. Rio de Janeiro: DP e A, 1999. 104p.
- IANNI, Octavio. **Enigmas da modernidade-mundo**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2000. 319 p.

MOREIRAS, Alberto. A aura do testemunho. In: **A exaustão da diferença; a política dos estúdios culturais latino-americanos**. Trad de Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 2001. pp. 249 – 282

RAVETTI, Graciela. Performances autoficcionais. **Margens**. Belo Horizonte/ Mar Del Plata; (Caderno de Cultura), n. 1, pp. 10-11, mai. 2001.

ROCHA, Lourdes Bertol. **O Centro da cidade de Itabuna: trajetória, signos e**

SANTIAGO, Silviano. O entre-lugar do discurso latino americano. In: **Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre dependência cultural**. São Paulo: Perspectiva, 1978. 212 p.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. 3ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense S.A, 1983. 110p.

SILVEIRA, Adelindo Kfoury. **Itabuna, minha terra**. 2ª ed. Itabuna: O Autor, 2002. 294 p.

VINHÁES, José Carlos. **São Jorge dos Ilhéus: da capitania ao fim do século**. Ilhéus: Editus, 2001. 353, p.

Eletrônicas

A COSTA DO PAU BRASIL. Disponível em:
< <http://www.geocities.com/capitanias/paubrasil.htm> > Acesso em 27 de nov. 2004

A MISSÃO ARTÍSTICA AUSTRO-ALEMÃ. Disponível em:
< http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo02/missao_artistica2.html > Acesso em 16 de jan. 2005

COLONIZAÇÃO PORTUGUESA NO BRASIL. Disponível em:
< <http://www.historiaonline.pro.br/index.htm> > Acesso em 19 nov. 2004

CULTURAS LUSÓFONAS - História do Brasil: Os dois Maximilianos. Disponível em:
< <http://www.uaisites.adm.br/iclas/biblioteca12.htm> > Acesso em 20 de set de 2004

EL DORADO. Disponível em:
< <http://www.machupicchu.com.br/eldorado/eldorado.htm> > Acesso em 23 de jan. de 2005

HISTÓRIA DE TINHARÉ. Disponível em:
< <http://www.bahiasol.com/historia/cronicamorroshort3.htm> > Acesso em 27 de nov. 2004

ILHÉUS: O SEU ROTEIRO NA COSTA DO CACAU
< <http://www.ilhéus.com.br/história.htm> - > Acesso em 15 de set. 2000

MARAMATA - UNIVERSIDADE LIVRE DO MAR E DA MATA. Disponível em:
< www.maramata.org.br > Acesso em 20 de set de 2004

SPIX E VON MARTIUS. Disponível em:
< <http://www.idasbrasil.com.br/idasbrasil/parques/Itacolomi/port/SpixMartius.asp> >
Acesso em 16 de jan. 2005

VISTA PANORÂMICA DE ILHÉUS - FOZ DO RIO CACHOEIRA. Disponível em:

< www.uesc.br/intercambiouniversitario/ilheus > Acesso em 15 jul. 2005